

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO****Informações gerais da avaliação:****Protocolo:** 202316363**Código MEC:** 2251140**Código da
Avaliação:** 214443**Ato Regulatório:** Renovação de Reconhecimento de Curso**Categoria**
Módulo: Curso**Status:** Finalizada**Instrumento:** 302-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (presencial)**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação**Nome/Sigla da IES:**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB

Endereço da IES:

36162 - CAMPUS JOÃO PESSOA - AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, 720 JAGUARIBE. João Pessoa - PB.

CEP:58015-430

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

SISTEMAS PARA INTERNET

Informações da comissão:**Nº de
Avaliadores :** 2**Data de
Formação:** 16/08/2024 14:13:41**Período de
Visita:** 02/10/2024 a 04/10/2024**Situação:** Visita Concluída**Avaliadores "ad-hoc":**

Bruno Tardiole Kuehne (06392824669)

Henrique Coelho Fernandes (07873141616) -> coordenador(a) da comissão

Curso:**DOCENTES**

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
ALEXANDRE FONSECA D ANDREA	Doutorado	Integral	Estatutário	46 Mês(es)
Alex Sandro Cunha Rêgo	Doutorado	Integral	Estatutário	144 Mês(es)
ALLAN PATRICK DE LUCENA COSTA	Mestrado	Integral	Estatutário	2 Mês(es)
Cândido José Ramos Do Egypto	Mestrado	Integral	Estatutário	86 Mês(es)
DAMIRES YLUSKA SOUZA FERNANDES	Doutorado	Integral	Estatutário	206 Mês(es)
DIEGO ERNESTO ROSA PESSOA	Doutorado	Integral	Estatutário	2 Mês(es)
EDEMBERG ROCHA DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário	240 Mês(es)
FABRÍZIA MEDEIROS DE SOUSA MATOS	Mestrado	Integral	Estatutário	8 Mês(es)
FAUSTO VÉRAS MARANHÃO AYRES	Doutorado	Integral	Estatutário	150 Mês(es)
Francisco Dantas Nobre Neto	Doutorado	Integral	Estatutário	60 Mês(es)
FRANCISCO PETRÔNIO ALENCAR DE MEDEIROS	Doutorado	Integral	Estatutário	240 Mês(es)
FREDERICO COSTA GUEDES PEREIRA	Mestrado	Parcial	Estatutário	240 Mês(es)
GIOVANNI LOUREIRO CABRAL DE MELO	Mestrado	Integral	Estatutário	50 Mês(es)
Gustavo Wagner Diniz Mendes	Mestrado	Integral	Estatutário	62 Mês(es)
HEREMITA BRASILEIRO LIRA	Doutorado	Integral	Estatutário	214 Mês(es)
JAILDO TAVARES PEQUENO	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
Jose Taunai Dantas Segundo	Mestrado	Integral	Estatutário	18 Mês(es)
JULIANA DANTAS RIBEIRO VIANA DE MEDEIROS	Doutorado	Integral	Estatutário	210 Mês(es)
LAFAYETTE BATISTA MELO	Doutorado	Integral	Estatutário	240 Mês(es)
LEANDRO CAVALCANTI DE ALMEIDA	Doutorado	Integral	Estatutário	2 Mês(es)
LEÔNIDAS FRANCISCO DE LIMA JÚNIOR	Mestrado	Integral	Estatutário	72 Mês(es)
LUIZ CARLOS RODRIGUES CHAVES	Mestrado	Integral	Estatutário	156 Mês(es)
Manoel Lopes Brasileiro Neto	Especialização	Integral	Estatutário	2 Mês(es)

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
MARIA THERESA TARGINO DE ARAUJO RANGEL	Mestrado	Integral	Estatutário	90 Mês(es)
Maxwell Anderson Ielpo do Amaral	Mestrado	Integral	Estatutário	20 Mês(es)
Pablo Andrey Arruda de Araujo	Mestrado	Integral	Estatutário	2 Mês(es)
PAULO ROBERTO SANTOS COSTA	Mestrado	Integral	Estatutário	210 Mês(es)
RENNATA SILVA CARVALHO BOUDOUX	Mestrado	Integral	Estatutário	108 Mês(es)
RICARDO JOSE FERREIRA	Doutorado	Integral	Estatutário	2 Mês(es)
Rodrigo Pinheiro Marques De Araujo	Mestrado	Integral	Estatutário	27 Mês(es)
Severino Do Ramo Paiva	Mestrado	Integral	Estatutário	27 Mês(es)
THIAGO ANDRADE FERNANDES	Mestrado	Integral	Estatutário	48 Mês(es)
Thiago José Marques Moura	Doutorado	Integral	Estatutário	210 Mês(es)
Valeria Maria Bezerra Cavalcanti	Mestrado	Integral	Estatutário	2 Mês(es)

CATEGORIAS AVALIADAS

ANÁLISE PRELIMINAR

1. Informe o link para a pasta virtual da documentação da IES.

2. Informar nome da mantenedora.

Nome da Mantenedora: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA (9062)

3. Informar o nome da IES.

Nome da IES: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB (1166)

4. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

O curso de SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico) (71127), da IES INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (1166) – campus João Pessoa, foi autorizado por meio da Resolução 006/2003-CD, publicado em 28/02/2003 e teve o reconhecimento renovado por meio da Portaria MEC/SERES nº 1185 de 23/11/2017, publicada no D.O.U. de 27/11/2017. O curso tem seu funcionamento na AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, 720, JAGUARIBE, João Pessoa-PB, CEP 58015-430. A IES INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (1166) foi recredenciada por meio da Portaria MEC nº 330 de 08/02/2019, publicada no D.O.U. de 11/02/2019, pelo prazo de 08 (oito) anos.

5. Descrever o perfil e a missão da IES.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possuindo natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Constitui-se como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de

educação profissional e tecnológica. Tem como sedes para os fins da legislação educacional as seguintes unidades: Reitoria; Campus de João Pessoa; Campus de Campina Grande; Campus de Sousa; Campus de Cabedelo; Campus de Cajazeiras; Campus de Princesa Isabel; Campus de Picuí; Campus de Monteiro e Campus de Patos.

Sua missão é ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

****FONTE: PDI**

6. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a existência do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

O PPC do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet do IFPB apresenta uma justificativa coerente com o contexto educacional, as necessidades locais e o perfil do egresso. A Paraíba, em particular as cidades de João Pessoa e Campina Grande, são descritas como polos emergentes de tecnologia da informação, especialmente no desenvolvimento de software. Esses centros têm uma demanda crescente por profissionais qualificados, especialmente em áreas ligadas à Internet e ao desenvolvimento de sistemas, o que justifica a criação do curso. Além disso, a economia paraibana tem mostrado crescimento significativo, o que fortalece a necessidade de profissionais capacitados para atuar em um setor estratégico como o de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

O curso está alinhado com a realidade socioeconômica do estado, que é dividida em mesorregiões com características distintas, mas que compartilham desafios em termos de desenvolvimento e inclusão tecnológica. Ao oferecer um curso de alta qualificação, o IFPB cumpre sua missão de promover educação e formar cidadãos para o mundo do trabalho, atendendo diretamente às necessidades locais e regionais, ao mesmo tempo em que contribui para a inclusão digital e o desenvolvimento tecnológico da região. A justificativa para a oferta do curso destaca, ainda, a demanda por profissionais de TI tanto em nível local quanto nacional, além de apontar que a área de software é uma das que mais crescem em termos de empregabilidade e inovação.

O perfil do egresso é de um profissional apto a desenvolver sistemas para a Internet, gerir projetos de tecnologia e atuar em diferentes áreas do setor de software. O curso forma profissionais com uma visão crítica e empreendedora, capacitados para atuar em ambientes complexos e dinâmicos, como o mercado de TI. O egresso é preparado para lidar com os desafios tecnológicos e para contribuir de forma inovadora com o desenvolvimento de soluções que atendam tanto às necessidades locais quanto globais, o que está em total consonância com o contexto educacional e socioeconômico do estado.

7. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) foi criado em 23 de setembro de 1909, inicialmente como Escola de Aprendizes Artífices, com o objetivo de formar mão-de-obra qualificada para o parque industrial emergente do Brasil. Ao longo dos anos, a instituição passou por diversas mudanças de denominação e estrutura, refletindo as transformações na educação e na sociedade brasileira. Entre 1937 e 1967, foi Liceu Industrial e Escola Técnica Federal, até se tornar Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em 1999. Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2008, o IFPB passou a sua denominação atual.

O IFPB atua em diversas modalidades de ensino, incluindo a educação técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu). Oferece cursos em 21 campi distribuídos pelo estado da Paraíba, além de polos de educação a

distância. Em 2020, o IFPB contava com 12.697 vagas, distribuídas entre diversos níveis de ensino. Em termos de infraestrutura, o instituto possui uma ampla rede de laboratórios, bibliotecas e polos de inovação tecnológica.

O IFPB também é ativo nas áreas de pesquisa e extensão. Suas áreas de atuação incluem ciências agrárias, biológicas, exatas, engenharias, humanas, linguística e artes. O instituto incentiva a criação de projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, em sintonia com as necessidades locais e regionais, contando com Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) e parcerias com outras instituições.

A instituição ainda planeja expandir sua atuação na educação a distância com a criação de mais polos EaD, fortalecendo sua presença em regiões do estado da Paraíba e aumentando a oferta de cursos técnicos e de graduação na modalidade remota.

8. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Nome do curso: Sistemas para Internet (71127)

9. Indicar a modalidade de oferta.

Modalidade: Educação Presencial

10. Informar o endereço de funcionamento do curso.

CAMPUS JOÃO PESSOA, AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO 720, CEP 58015-430, João Pessoa - PB

11. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

O processo de construção, implantação e consolidação do PPC do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet do IFPB foi orientado por um compromisso constante com a atualização e adequação do curso às demandas do mercado de trabalho regional e nacional, além das diretrizes educacionais vigentes. O curso foi autorizado em 2003 e, desde então, seu Projeto Pedagógico passou por diversas revisões, com o objetivo de mantê-lo coerente com as necessidades locais, regionais, a missão institucional do IFPB e as Diretrizes Curriculares Nacionais. O PPC foi inicialmente concebido com base nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que estabelece que a educação superior deve estimular a criação cultural, o desenvolvimento científico e a prestação de serviços especializados à comunidade, sempre promovendo uma relação de reciprocidade com a sociedade.

O processo de construção do PPC levou em consideração a educação como uma prática social, visando formar profissionais críticos, capazes de identificar e resolver problemas e de atuar em um mundo em constante transformação. O curso foi desenhado para formar tecnólogos aptos a desempenhar funções tanto no setor público quanto privado, com foco na atuação cidadã na sociedade paraibana e brasileira. Ao longo das suas revisões, o PPC foi ajustado para manter sua aderência às demandas do mundo do trabalho, à evolução tecnológica e às recomendações das avaliações internas e externas. As reformulações também buscaram integrar as políticas institucionais do IFPB, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a curricularização da extensão e as diretrizes de inclusão e diversidade.

A consolidação do PPC se deu através da implementação de um conjunto de ações, tais como a adequação curricular, o detalhamento das atividades de extensão e a revisão de ementas e bibliografias. A comissão de reformulação do PPC, nomeada por portaria em 2024, realizou reuniões sistemáticas para garantir que o curso estivesse alinhado às novas diretrizes institucionais e às necessidades do mercado de trabalho. O curso foi concebido para atender à crescente demanda por profissionais de tecnologia da informação, especialmente no setor de desenvolvimento de sistemas para internet, consolidando-se como um vetor de desenvolvimento tecnológico e econômico na região. O PPC também visa promover a formação de profissionais com competências técnicas e humanas, preparados para enfrentar os desafios de um mundo em constante evolução tecnológica, sempre com ética e responsabilidade social.

12. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

Não há Diretrizes Curriculares Nacionais por se tratar de CST. Todavia, o curso está de acordo com o disposto no Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia.

13. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

Não se aplica.

14. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

O Despacho Saneador atende satisfatoriamente às exigências de instrução processual.

15. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

A análise do Despacho Saneador foi satisfatória e não há Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências.

16. Informar o turno de funcionamento do curso.

Vespertino.

17. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

2.470 horas e 2.964 horas-aula

18. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

Tempo Mínimo de Integralização: 6 semestres

Tempo Máximo de Integralização: 9 semestres

19. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

Nome: Professor Cândido José Ramos do Egypto

Formação Acadêmica: Bacharelado em Ciência da Computação.

Titulação: Especialização em Informática Educativa e Mestrado em Engenharia Biomédica.

Regime de Trabalho: Integral, com dedicação exclusiva ao IFPB, com 40 horas semanais, das quais 10 horas são dedicadas à coordenação do curso.

Tempo de Exercício na IES: Atua como docente no IFPB há 32 anos.

Experiência Profissional na Área: Está em sua terceira passagem como coordenador do curso. As passagens anteriores ocorreram entre 2005-2006 e 2018-2020, e a atual iniciou-se em outubro de 2023.

Experiência na Educação Básica: O PPC não menciona diretamente a experiência do coordenador na educação básica, mas sua longa atuação docente no IFPB indica vasta experiência no ensino superior e técnico.

20. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

O curso conta com 15 doutores, 18 mestres e 1 especialista. Logo:

$$\text{IQCD} = (5 \cdot 15 + 3 \cdot 18 + 2 \cdot 1 + 0) / (15 + 18 + 1 + 0) = 131/34 = 3,85$$

21. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

Doutores: 15

Mestres: 18

Especialistas: 1

22. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

Não há oferta de disciplina em língua estrangeira.

23. Informar oferta de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

LIBRA é ofertada no curso como uma disciplina optativa.

24. Explicitar a oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Um convênio mencionado no PCC é com a Unisigma Consultoria, uma Empresa Júnior formada em parceria entre o curso de Sistemas para Internet, o curso de Geoprocessamento e o curso de Bacharelado em Administração, todos ofertados no IFPB - Campus João Pessoa. A Unisigma foi criada em 2010 por iniciativa de estudantes que desejavam aplicar seus conhecimentos em um ambiente de liberdade e empreendedorismo. Ela desenvolve soluções para o mercado nas três áreas de

atuação dos cursos envolvidos, buscando sempre qualidade nos serviços e desafios contínuos. O estágio na Unisigma é uma das práticas profissionais oferecidas aos alunos do curso.

25. Informar sobre a existência de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

Não se aplica.

26. Descrever o sistema de acompanhamento de egressos.

O sistema de acompanhamento de egressos é regulamentado pela Resolução CONSUPER nº 43 (IFPB, 2017), que estabelece a organização, o funcionamento e as práticas voltadas ao Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) dos cursos ofertados pelo IFPB.

O sistema de acompanhamento de egressos tem os seguintes objetivos principais:

1-Manter atualizado o banco de dados dos egressos do IFPB, com informações detalhadas sobre suas trajetórias profissionais e acadêmicas após a conclusão do curso.

2-Conhecer a situação profissional dos egressos, incluindo índices de empregabilidade e sua inserção no mercado de trabalho, associados à formação recebida no IFPB.

3-Levantar informações sobre a continuidade dos estudos dos egressos, como participação em cursos de pós-graduação ou especializações.

4-Identificar as necessidades de educação continuada dos egressos, para ofertar cursos de atualização, aperfeiçoamento ou outras atividades acadêmicas.

5-Disponibilizar informações aos egressos sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela instituição.

6-Subsidiar a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas utilizadas no curso, para garantir a adequação da formação às exigências do mercado de trabalho.

7-Incentivar a participação dos egressos em atividades acadêmicas como projetos de extensão, pesquisa ou outros programas acadêmicos promovidos pela instituição.

8-Promover eventos e atividades que integrem egressos e comunidade acadêmica, como atividades culturais, recreativas e de capacitação.

No nível institucional, o Programa de Acompanhamento de Egressos é conduzido pela Diretoria de Planejamento e Gestão das Políticas Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Em nível de campus, a coordenação e execução das atividades do programa ficam sob responsabilidade da Coordenação de Extensão.

Além disso, no âmbito do curso, a Coordenação do CST em Sistemas para Internet, em conjunto com o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), participa do acompanhamento dos egressos, promovendo ações específicas como:

1-Informar egressos sobre eventos, cursos e oportunidades de capacitação.

2-Incentivar a participação dos egressos em atividades de pesquisa e extensão.

3-Promover encontros e atividades que fomentem a troca de experiências entre os graduandos e os egressos.

Este sistema busca fortalecer o vínculo entre a instituição e seus egressos, além de garantir que a formação oferecida pelo curso continue atualizada e em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho.

27. Informar os atos legais do curso (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso, quando existirem) e a data da publicação no DOU ou, em caso de Sistemas Estaduais, nos meios equivalentes.

Renovação de Reconhecimento de Curso – Portaria 1185 de 23/11/2017, publicada no D.O.U de 27/11/2017.

Renovação de Reconhecimento de Curso - Portaria 347 de 03/06/2014, publicada no D.O.U de 04/06/2014.

Reconhecimento de Curso – Portaria 340 de 16/07/2008, publicada no D.O.U de 17/07/2008.

Autorização – Resolução 006/2003-CD, publicada no D.O.U de 28/02/2003

28. Indicar se a condição de autorização do curso ocorreu por visita (nesse caso, explicitar o conceito obtido) ou por dispensa.

DISPENSA

O curso de SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico) (71127), da IES INSTITUTO FEDERAL

DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (1166) foi autorizado pela Resolução 006/2003 do Conselho Diretor, publicada no D.O.U em 28/02/2003.

29. Apontar conceitos anteriores de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, se for o caso.

2017 – CC (4)

2012 - CC (4)

2007 – CC (4)

30. Informar o número de vagas autorizadas ou aditadas e número de vagas ociosas anualmente.

Número de vagas autorizadas: 80

31. Indicar o resultado do Conceito Preliminar de Curso (CPC contínuo e faixa) e Conceito de Curso (CC contínuo e faixa) resultante da avaliação in loco, quando houver.

2017 - CPC(-), CC(4)

2012 - CPC(-), CC(4)

2007 - CPC(-), CC(4)

32. Indicar o resultado do ENADE no último triênio, se houver.

Não há resultado disponível.

33. Verificar o proposto no Protocolo de Compromisso estabelecido com a Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior (SERES), em caso de CPC insatisfatório, para o ato de Renovação de Reconhecimento de Curso.

Não há termo de compromisso.

34. Calcular e inserir o tempo médio de permanência do corpo docente no curso. (Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do(a) coordenador(a) do curso).

O tempo médio de vínculo ininterrupto no curso dos docentes, conforme os dados da Tabela 4 presente no PPC do curso, é de 113,6 meses.

35. Informar o quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo anterior à avaliação in loco, se for o caso: ingressantes; matriculados; concluintes; estrangeiros; matriculados em estágio supervisionado; matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; participantes de projetos de pesquisa (por ano); participantes de projetos de extensão (por ano); participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano).

O curso oferece anualmente 80 vagas, divididas em 40 no primeiro semestre e 40 no segundo semestre. Todavia, o PPC não traz números exatos para ingressantes, matriculados e concluintes desde o último ato autorizativo. Também não há informações quantitativas sobre alunos estrangeiros no PPC. O estágio curricular supervisionado no curso é não obrigatório, e o PPC não especifica um número anual de estudantes matriculados em estágio. O PPC não especifica um número exato de estudantes matriculados no TCC. O PPC também informa que há várias oportunidades de participação em projetos de pesquisa e extensão, inclusive por meio de programas de bolsas e iniciativas como a Empresa Júnior Unisigma, mas não menciona números específicos de participantes por ano. Por fim, ainda segundo o PPC, os alunos podem participar de programas de pesquisa financiados, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT), além de outras iniciativas, mas não há informações sobre a quantidade exata de participantes por ano.

36. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

Não se aplica.

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4,33

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

4

Justificativa para conceito 4: Após a visita virtual in loco, reuniões com os representantes da IES e análise do PPC do curso (p. 12 a 13), PDI 2020-2024 da IES e Relatório de Pesquisa Ensino e Extensão do curso, verificamos que as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, conforme descritas no PDI 2020-2024 do IFPB (descritas a partir da página 115), estão implementadas no curso de Sistemas para Internet. O curso adota diretrizes pedagógicas e

operacionais em consonância com o PDI, o que inclui a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo o PDI, há um foco claro na verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e extensão, o que se reflete no curso através de projetos que incentivam o desenvolvimento acadêmico de forma prática e aplicada, como indicado no Relatório de Pesquisa, Ensino e Extensão. A implementação dessas políticas é evidenciada também no PPC do curso. As políticas descritas tanto no PDI quanto no PPC do curso estão direcionadas para criar oportunidades de aprendizagem conforme pode ser comprovado in loco. A flexibilidade curricular e a interdisciplinaridade promovem o desenvolvimento de competências transversais nos alunos, como a capacidade de resolver problemas reais através da integração de diversas disciplinas. O curso oferece atividades práticas, como o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e estágios supervisionados, que ampliam a experiência de aprendizagem. Além disso, a implementação de metodologias ativas, o uso de laboratórios e a oferta de atividades complementares são exemplos concretos dessas oportunidades, voltadas para o processo de aprendizagem dos discentes. Sobre o perfil do egresso, ele é descrito como um profissional apto a atuar no desenvolvimento de soluções para a web e em tecnologias da informação, com habilidades práticas e teóricas bem estabelecidas. A integração entre ensino, pesquisa e extensão e o enfoque na formação de um profissional crítico e reflexivo, com uma base tecnológica sólida, reflete diretamente nas ações descritas nos documentos analisados in loco. A abordagem interdisciplinar do currículo e a ênfase na prática profissional garantem que o egresso tenha as competências exigidas pelo mercado, como detalhado no perfil de egresso do PPC. Todavia, não foram evidenciadas a adoção de práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a revisão dessas políticas.

1.2. Objetivos do curso.

5

Justificativa para conceito 5: Após a visita virtual in loco, reuniões com os representantes da IES e análise do PPC do curso (p. 32 a 33) e documentação apresentada à comissão durante a visita, constatou-se que os objetivos do curso estão implementados e alinhados ao perfil profissional do egresso conforme informações constantes no PPC. O objetivo geral do curso, que é formar tecnólogos capazes de intervir no desenvolvimento econômico e social da região por meio da criação de sistemas de software para a Internet, está claramente refletido na formação ofertada. O perfil do egresso, também descrito no PPC, indica que o tecnólogo em Sistemas para Internet deve ser capaz de projetar, desenvolver, implantar e manter sistemas web, além de aplicar conhecimentos de design de interfaces, segurança e redes. A estrutura curricular do curso também está alinhada aos objetivos. Ela conta com disciplinas que abordam desde a programação básica até o desenvolvimento de sistemas complexos para a Internet. O curso inclui componentes que cobrem a análise e o projeto de sistemas, o uso de diversas linguagens de programação, redes, segurança e até aspectos de empreendedorismo e design de interfaces. Essa diversidade curricular garante que os egressos estejam preparados para as exigências do mercado, conforme descrito nos objetivos específicos do curso. O curso ainda considera o contexto local e regional, particularmente o desenvolvimento da indústria de software na Paraíba, com destaque para polos tecnológicos em cidades como João Pessoa e Campina Grande. O curso atende a essa demanda regional por mão de obra qualificada no setor de tecnologia da informação, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e fornecendo profissionais para empresas de tecnologia. Além disso, o contexto do mercado de software no Nordeste, assim como as políticas governamentais voltadas para o setor, são abordados no PPC, reforçando a relevância do curso para a região. Tais informações também foram confirmadas durante a reunião com o coordenador do curso. Por fim, ficou comprovado que os objetivos do curso refletem práticas emergentes, como o foco em desenvolvimento ágil de software e aplicações móveis, além da preocupação com a segurança digital e empreendedorismo digital. A estrutura curricular do curso inclui tópicos atualizados, como o uso de metodologias ágeis e o desenvolvimento para plataformas móveis, que são essenciais para o profissional da área de tecnologia.

1.3. Perfil profissional do egresso.

5

Justificativa para conceito 5: Após reuniões com os representantes da IES, após a visita virtual in loco e análise do PPC do curso (p. 33 a 34) e documentação apresentada à comissão durante a visita, a comissão verificou que o perfil profissional do egresso está descrito no PPC do curso nas páginas 33 e 34. O documento menciona que o egresso será um profissional apto a

desenvolver, planejar e gerir sistemas e aplicações voltadas para internet, utilizando tecnologias modernas de programação e infraestrutura de redes. O perfil busca formar um profissional com habilidades técnicas e competências voltadas à inovação e soluções tecnológicas. Assim, o PPC estabelece claramente o tipo de formação e as áreas de atuação esperadas para o egresso. Tal perfil está vinculado às competências que o discente deverá desenvolver ao longo do curso. O PPC detalha que o egresso deve ser capaz de criar soluções inovadoras utilizando linguagens de programação, desenvolver sistemas de informação integrados à internet e gerenciar redes e infraestruturas tecnológicas. Estas competências são alinhadas às disciplinas e atividades práticas oferecidas ao longo do curso conforme análise da matriz curricular apresentada no PPC, o que demonstra a coerência entre o perfil desejado e as competências previstas no currículo. O PPC enfatiza a importância de atender às demandas do mercado de trabalho da Paraíba e das regiões circunvizinhas, especialmente nas áreas de desenvolvimento de software, infraestrutura de redes e empreendedorismo digital. O curso é planejado para fornecer ao estudante as habilidades necessárias para atuar em um contexto de crescente demanda por soluções tecnológicas, destacando a vocação do estado para o desenvolvimento de software, especialmente em polos como João Pessoa e Campina Grande. A crescente demanda por mão de obra em TI e instalação de novas empresas de TI em João Pessoa foi tópico presente na reunião com o corpo docente. Por fim, o PPC reconhece a evolução constante da tecnologia e a necessidade de formar profissionais capazes de se adaptar a novas tendências e exigências do mercado de trabalho. O curso, além de proporcionar uma base sólida em desenvolvimento de sistemas para internet, prepara o estudante para lidar com mudanças rápidas no setor de tecnologia da informação, o que facilita a adaptação a novas demandas profissionais e tecnológicas. Um fato relevante é que alunos do próprio curso que já trabalham são convidados, conforme relatado pelos docentes, pela coordenação para apresentar (palestra) alguma tecnologia nova ou específica que eles estão usando no trabalho para os próprios colegas de turma o que comprova a preocupação do curso em acompanhar novas demandas do mercado de trabalho.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

4

Justificativa para conceito 4: Ao término das reuniões com os representantes da IES, da visita virtual in loco e da análise do PPC do curso (p. 34 a 38) bem como da documentação apresentada à comissão durante a visita, verificou-se que a estrutura curricular do curso considera a flexibilidade, interdisciplinaridade e acessibilidade metodológica. O PPC mostra que o currículo foi planejado para ser interdisciplinar, com uma abordagem que permite aos estudantes integrar conhecimentos de várias áreas da tecnologia da informação, como programação, redes e desenvolvimento web, o que reforça a flexibilidade e interdisciplinaridade. Além disso, o PPC também destaca a necessidade de acessibilidade metodológica, com práticas pedagógicas que considerem as necessidades de todos os discentes, práticas estas confirmadas com vários exemplos dados pelos docentes durante a reunião com o corpo docente. A carga horária total do curso, 2.470 horas, é compatível com o que se espera para cursos de tecnologia, e a carga é distribuída de forma equilibrada ao longo dos semestres. PPC evidencia claramente a articulação entre teoria e prática. A estrutura curricular inclui componentes práticos, como laboratórios e projetos, que estão integrados com disciplinas teóricas, conforme relatado tanto por discentes como docentes. Além disso, o curso contempla estágios não-obrigatórios e atividades de extensão, permitindo que os alunos apliquem os conceitos teóricos em situações reais de trabalho e desenvolvimento de sistemas. A disciplina de LIBRAS é oferecida como optativa (PPC, p. 42). A estrutura curricular do curso articula claramente os diferentes componentes ao longo do percurso formativo como já foi mencionado. O PPC mostra que as disciplinas estão organizadas de forma lógica e progressiva, com um fluxo que vai das disciplinas introdutórias (INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO no primeiro período) até as mais avançadas (SISTEMAS DISTRIBUÍDOS no sexto período). Além disso, há uma preocupação em integrar conhecimentos teóricos e práticos, como comentado anteriormente, o que garante com que os alunos desenvolvam uma visão sistêmica e interdisciplinar da área de sistemas para internet. A curricularização da extensão será implementada uma vez que este PPC seja aprovado pelas instâncias superiores da IES (reitoria) e a previsão é de início no primeiro semestre de 2025. Já as atividades complementares estão integradas. Entretanto, não foram evidenciados elementos comprovadamente inovadores.

1.5. Conteúdos curriculares.

5

Justificativa para conceito 5: Concluída a análise do PPC do curso (p. 38 a 52, p. 123 a 166) e da documentação apresentada in loco, concluída a visita in loco e as reuniões com os representantes do curso, a comissão constatou que os conteúdos curriculares do curso estão bem alinhados com o desenvolvimento do perfil profissional do egresso. O PPC contempla uma formação que cobre as principais áreas da tecnologia da informação, como desenvolvimento web, segurança, redes e infraestrutura de internet, o que garante que o discente seja capacitado nas competências mais recentes e demandadas pelo mercado de trabalho em conformidade com o perfil do egresso proposto no próprio PPC. A carga horária de 2.470 horas é distribuída de maneira equilibrada. A bibliografia indicada no PPC inclui materiais atualizados e relevantes, que contribuem para a formação dos discentes nos conceitos fundamentais e nas tecnologias mais recentes e inovadoras. A acessibilidade metodológica está presente no PPC, que reconhece a importância de atender às necessidades de todos os estudantes, garantindo a inclusão por meio de metodologias que consideram diferentes ritmos e formas de aprendizado. Vários casos de apoio, formas diferentes de ensinar pelos docentes quando uma metodologia não está funcionando com um discente, foram descritas pelos discentes na reunião realizada com eles. Além disso, ficou claro que a carga horária garante que os estudantes tenham tempo adequado para assimilar tanto os conteúdos teóricos quanto os práticos. Ademais, os conteúdos curriculares incluem a educação ambiental, as políticas de direitos humanos e de relações étnico-raciais, conforme estabelecido em resoluções institucionais do IFPB apresentado à comissão. A política ambiental é integrada de forma transversal nas disciplinas, como detalhado no PPC, e a educação das relações étnico-raciais é tratada como um componente essencial dentro das práticas pedagógicas. Destaca-se a presença dos componentes ÉTICA E DIREITOS HUMANOS e EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE. O curso também contempla disciplinas que cobrem áreas essenciais e emergentes, como Desenvolvimento de Aplicações Web, Programação para Dispositivos Móveis, Segurança de Redes e Sistemas, Cloud Computing e Desenvolvimento de APIs e Microserviços. Essas áreas estão diretamente relacionadas às demandas mais atuais do mercado de trabalho, permitindo que o discente esteja apto a atuar em um cenário tecnológico dinâmico e inovador. Além disso, o curso inclui módulos de inteligência artificial e machine learning, que são tópicos fundamentais na era da transformação digital e automação. A formação do curso também é voltada para o empreendedorismo e o desenvolvimento de soluções tecnológicas com impacto direto na sociedade. Disciplinas como Desenvolvimento de Startups e Modelos de Negócios Digitais fornecem aos alunos as ferramentas para criar e lançar seus próprios produtos e serviços digitais. A estrutura curricular também incentiva uma forte articulação entre teoria e prática. Com disciplinas de laboratório e projetos práticos integrados, como as disciplinas de Laboratório de Programação Web e Desenvolvimento de Software Colaborativo, os alunos são desafiados a aplicar os conhecimentos teóricos em projetos que simulam problemas reais enfrentados no mercado.

1.6. Metodologia.

4

Justificativa para conceito 4: Após a visita virtual in loco, após a análise da documentação apresentada à comissão durante a visita, da análise do PPC e após as reuniões com os representantes do curso e da IES, verificou-se que a metodologia descrita no PPC do curso é focada no desenvolvimento progressivo e articulado dos conteúdos. O planejamento curricular é orientado para integrar atividades teóricas e práticas, incluindo o uso de laboratórios e projetos que permitem que os discentes apliquem o conhecimento adquirido em sala de aula em problemas reais trazidos pelos docentes. Isso é evidenciado nas disciplinas que contemplam o desenvolvimento de aplicações web, segurança de redes e sistemas, e desenvolvimento de startups. Tais atividades garantem que o estudante tenha uma formação sólida e aplicada, essencial para a área de Sistemas para Internet, que demanda uma contínua evolução em práticas e tecnologias emergentes. A metodologia usada também assegura o acompanhamento contínuo das atividades dos discentes. Os docentes relataram que há a implementação de estratégias de avaliação formativa e processual, como feedback constante em atividades práticas, projetos e estágios. O uso de atividades práticas também garante que os alunos sejam acompanhados por meio de ações voltadas à aplicação prática do conhecimento adquirido durante o curso. A acessibilidade metodológica é um aspecto crucial abordado no PPC do curso e descrito com detalhes pelos discentes durante a reunião realizada com a comissão, que contempla práticas

pedagógicas inclusivas e adaptativas. A autonomia do discente é promovida por meio da aprendizagem ativa e da estrutura do curso, que incentiva o desenvolvimento de projetos, a realização de estágios e a participação em atividades de extensão, onde os estudantes têm a liberdade de aplicar seus conhecimentos em contextos reais, exercendo a capacidade de tomada de decisões. Por fim, ficou claro que a metodologia do curso integra teoria e prática. A estrutura curricular do curso é fortemente baseada em atividades práticas em laboratórios, desenvolvimento de projetos e estágios. Disciplinas específicas são voltadas ao desenvolvimento de soluções tecnológicas reais, simulando o ambiente profissional. Todavia, não ficou evidente a natureza inovadora da metodologia nem tampouco o uso de recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que NSA não esteja previsto nas DCN).

Justificativa para conceito NSA: Findada a análise do PPC e do drive institucional, bem como realizada a reunião com o coordenador do curso, a comissão confirmou que o estágio não está previsto na grade curricular do curso. Na "Tabela 1: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet", apresentada nas páginas 36 a 38 do PPC, o Estágio Curricular Supervisionado está com Carga Horária 0, e, apesar da seção "2.13. Estágio Curricular Supervisionado" nas páginas 54 e 55 do PPC trazer informações sobre estágio, fica claro nestas páginas que ele não é obrigatório. Logo, a comissão concluiu que o PPC não contempla o Estágio CURRICULAR. Como não há DCN prevendo a curricularização do estágio, este indicador não se aplica.

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

4

Justificativa para conceito 4: Após a análise do PPC e da documentação apresentada a comissão, após a visita in loco e reuniões com os representantes da IES, a comissão constatou que as atividades complementares do curso de Sistemas para Internet do IFPB são instituídas e regulamentadas conforme a Resolução 18/2023 e o PPC do curso. De acordo com a Resolução 18/2023, os cursos que preveem atividades complementares devem instituí-las no currículo com uma carga horária mínima de 50 horas e máxima de 100 horas. Segundo o PPC do curso, os alunos de Sistemas para Internet devem realizar 100 horas de atividades complementares, como é o caso do curso de Sistemas para Internet. A regulamentação e o PPC do curso listam várias atividades válidas como atividades complementares, permitindo que os estudantes escolham ações que complementem suas competências e interesses, o que pode ser feito dentro das 100 horas estipuladas. Entre essas atividades estão: Pesquisa e Iniciação Científica como a participação em projetos de pesquisa e publicação de artigos científicos, incentivando o aprofundamento técnico e acadêmico; Extensão e Atividades Sociais como o envolvimento em programas de extensão e apoio social, o que fortalece a relação com a comunidade e o desenvolvimento de habilidades interpessoais; Monitorias e Visitas Técnicas como experiências práticas e de ensino em atividades de monitoria e visitas a empresas, que ajudam a vincular teoria e prática; e Participação em Eventos e Cursos Adicionais como engajamento em eventos como workshops, congressos e cursos adicionais relacionados à área de formação, enriquecendo a experiência educacional com conhecimentos atuais e aplicados. Fica claro que dentre as atividades aceitas, é possível realizar inúmeras atividades com alta aderência a formação, tanto geral quanto específica, do discente. O PPC do curso ainda relata que o objetivo dessas atividades é expandir as competências dos estudantes em relação ao mercado de trabalho, bem como fomentar o desenvolvimento de uma visão ética e socialmente responsável. Isso inclui habilidades técnicas específicas da área de tecnologia da informação, como desenvolvimento de

sistemas, além de competências interpessoais, essenciais para o trabalho em equipe e a liderança. Para o aproveitamento de uma atividade complementar, o aluno deve seguir um procedimento estabelecido: 1) Submissão pelo Sistema Acadêmico: O estudante acessa o sistema acadêmico para registrar a atividade e anexar os comprovantes necessários, que devem estar de acordo com os critérios do PPC e da Resolução 18/2023. 2) Análise pela Coordenação do Curso: A coordenação avalia a solicitação, verificando se a atividade atende aos requisitos de relevância e adequação ao perfil do curso. 3) Decisão de Deferimento ou Indeferimento: Caso a atividade seja indeferida, o aluno recebe uma justificativa formal e tem o direito de recorrer ao colegiado do curso, anexando novas justificativas, se necessário. Entretanto, não ficou comprovada a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja NSA previsto nas DCN).

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.12. Apoio ao discente.

4

Justificativa para conceito 4: Após a análise do PPC (p. 59 a 71) e da documentação apresentada à comissão, após a visita in loco e reuniões com os representantes da IES, a comissão verificou que o IFPB realiza ações de acolhimento e permanência para seus estudantes. Com base na verificação in loco, podemos listar as seguintes ações: Programa de Acolhimento Inicial, Monitoria Acadêmica, Programa de Nivelamento, Apoio Psicopedagógico e Psicológico através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), Bolsa de Assistência Estudantil, Acessibilidade Metodológica e Instrumental, e Incentivo à Participação em Centros Acadêmicos e Atividades Culturais. No que tange a acessibilidade metodológica e instrumental, durante a reunião com o corpo discente houve vários relatos de ações dos docentes para atender as necessidades dos alunos e explicar o conteúdo uma segunda vez de uma forma que o aluno conseguisse assimilar. O relato também afirmou que através desta ação os alunos conseguiam entender o conteúdo. Existe também monitoria não remunerada no curso com vários exemplos de monitores presentes na reunião com os discentes. O IFPB oferece apoio psicopedagógico através de serviços especializados em saúde mental e psicologia educacional através do NAP. Além disso, conforme relatos de estudantes, a instituição incentiva a participação dos alunos em centros acadêmicos, promovendo o engajamento estudantil e representatividade. Esses serviços ajudam no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, apoiando-os em desafios psicológicos e acadêmicos, conforme detalhado no PDI (PDI, p. 245; PPC, p. 68). O IFPB, através de sua Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER), facilita o acesso dos estudantes a programas de intercâmbio, tanto nacionais quanto internacionais. Atualmente, o curso conta com 3 discentes em intercâmbio internacional. Porém, não foram detectadas in loco a promoção de outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras na área de apoio ao discente.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

5

Justificativa para conceito 5: Após a análise do PPC (p. 71 a 73) e da documentação apresentada à comissão, após a visita in loco e reuniões com os representantes da IES, constatou-se que a avaliação interna do curso é feita através das avaliações periódicas da CPA da IES. Juntamente com as avaliações externas como Reconhecimento e de Renovação de Reconhecimento do Curso, os relatórios fornecidos pela CPA são utilizados pelo coordenador para realizar a gestão do curso conforme foi relatado in loco. Conforme relatado na reunião com a CPA e comprovado na documentação apresentada, o relatório da CPA gera uma lista de ações saneadoras para que possa ocorrer o acompanhamento das ações de melhorias demandadas por estas ações saneadoras. Tais ações são definidas em conjunto pela coordenação de planejamento da reitoria e a coordenação do curso. De acordo com os relatórios da CPA apresentados, bem como apresentação realizada pela CPA durante a reunião com a comissão, a comunidade acadêmica participa ativamente na apropriação dos resultados das avaliações. A CPA promove o acesso aos relatórios de avaliação, disponíveis de forma pública na página na internet do IFPB, que contêm indicadores e classificações de desempenho em áreas fundamentais, como infraestrutura e políticas de apoio ao estudante. Esses resultados são compartilhados com o corpo docente, discente e administrativo, garantindo que todos os segmentos compreendam os

desafios e as oportunidades de melhoria, o que contribui para decisões informadas na gestão do curso. Além disso, a CPA afixa cartazes e banners pelo o campus para publicizar tanto o processo de avaliação como as conquistas alcançadas pela comunidade frutos da avaliação. O processo de avaliação é anual. No site público da CPA podem ser acessados os relatórios de todos os anos desde de 2005 com exceção de 2007 e 2019.

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. 4

Justificativa para conceito 4:Após a análise do PPC e da documentação apresentada à comissão, após a visita in loco e reuniões com os representantes da IES, constatou-se que o curso utiliza plataformas como o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP-Edu <https://suap.ifpb.edu.br>), onde professores disponibilizam materiais didáticos, possibilitando o acesso remoto aos conteúdos da disciplina. Além disso, o sistema permite que os estudantes façam perguntas e interajam com os docentes, fortalecendo o aprendizado fora da sala de aula tradicional. Os docentes ainda utilizam as ferramentas do Google Classroom conforme relatado por eles e pelos discentes. O curso implementa políticas institucionais verificadas in loco que asseguram o pleno acesso aos ambientes de ensino para pessoas com deficiências. Há instalações físicas acessíveis e a disponibilização de materiais digitais adaptados, incluindo o uso de Libras e recursos de tecnologia assistiva, como impressoras Braille e softwares para estudantes com deficiências visuais. Essas práticas cumprem as normas de acessibilidade. Os laboratórios do curso são equipados com computadores e acesso à internet, permitindo aos estudantes a consulta em tempo real de conteúdos relevantes e facilitando aulas interativas. Os ambientes digitais do curso também são usados para conduzir avaliações institucionais, possibilitando o feedback contínuo sobre o processo ensino-aprendizagem. A CPA utiliza o SUAP para realizar as avaliações. Como esse ambiente está disponível 24/7 e de forma online, os discentes têm acesso ao material digital disponibilizado a qualquer hora e qualquer lugar. Entretanto, elas não possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 5

Justificativa para conceito 5:Após a análise do PPC e da documentação apresentada à comissão, após a visita in loco e reuniões com os representantes da IES, a comissão verificou que o PPC estabelece diretrizes pedagógicas que visam à formação integral dos alunos, considerando metodologias participativas e um currículo adaptado às demandas do mercado de TI. O processo de avaliação e acompanhamento do curso é feito em conformidade com essas diretrizes, assegurando que o modelo de avaliação abranja componentes como práticas em laboratório e atividades de pesquisa, conforme descrito no documento do PPC (p. 54). A RESOLUÇÃO Nº 54-CS, DE 20 DE MARÇO DE 2017 dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores no IFPB e inclui em seu capítulo V diretrizes gerais e mínimas para o sistema de avaliação a ser usado no curso. Como já mencionado em indicador anterior, o curso utiliza o sistema SUAP-Edu, onde os alunos são incentivados a participar semestralmente de uma autoavaliação e avaliação do curso. Essas avaliações abrangem aspectos da metodologia de

ensino, dos recursos de aprendizado e do desempenho docente. Com isso, os discentes são motivados a refletir sobre seu próprio aprendizado, o que fortalece a autonomia e promove uma visão crítica sobre seu desenvolvimento acadêmico. Essa prática está detalhada no PPC na página 71 e foi descrita durante a reunião com o corpo discente. As avaliações internas geram dados sistematizados, os quais foram apresentados à comissão, que são analisados e apresentados aos estudantes e ao corpo docente. A CPA organiza relatórios anuais com base nessas avaliações, garantindo a transparência e mantendo os alunos informados sobre as melhorias e ajustes planejados. Essas informações são divulgadas para toda a comunidade acadêmica, promovendo um ambiente de constante diálogo e adaptação. A descrição do papel da CPA encontra-se na página 72 do PPC. Os feedbacks das avaliações são analisados pelo NDE, que propõe ajustes no PPC e nas práticas pedagógicas para atender melhor às necessidades dos estudantes. Conversas particulares entre coordenador e docente envolvido também acontecem conforme relato feito durante a reunião com o corpo docente. O NDE realiza reuniões periódicas para discutir os resultados das avaliações e propõe ações que busquem resolver as deficiências identificadas, como atualizações no currículo e mudanças metodológicas sempre quando necessário.

1.20. Número de vagas.

3

Justificativa para conceito 3: Após a análise do PPC e da documentação apresentada à comissão, após a visita in loco e reuniões com os representantes da IES, a comissão constatou que a oferta de 80 vagas anuais para o curso de Sistemas para Internet do IFPB está alinhada a estudos e planejamentos institucionais, refletindo a capacidade de infraestrutura e de corpo docente. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a divisão dessas vagas ocorre igualmente entre os semestres (40 vagas por semestre), o que permite um fluxo constante e equilibrado de ingressos. Esse número é fundamentado nos critérios estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024) e pelo Plano de Oferta de Curso e de Vagas (POCV), os quais visam a acessibilidade educacional e a formação de profissionais qualificados para atender às demandas do mercado local e nacional. Além disso, o processo de alocação de vagas é planejado em consonância com a infraestrutura física do campus, que dispõe de laboratórios especializados em informática e redes, salas de aula equipadas e acesso a tecnologias de informação e comunicação, o que garante uma experiência de ensino adequada e suporte técnico contínuo para os estudantes. Esse contexto é crucial para a formação de qualidade e para o atendimento aos critérios quantitativos e qualitativos definidos pelo próprio IFPB, especialmente no que tange à dimensão do corpo docente e à capacidade das instalações físicas e tecnológicas. Salas de aula visitadas e laboratórios visitados atendem com folga o tamanho do corpo discente do curso considerando as entradas e saídas. Os docentes também estão em maior número que a necessidade. A relação de uma disciplina do curso para cada docente. Já considerando os outros cursos oferecidos pelo departamento, conclui-se que o tamanho do corpo docente também atende ao número de vagas atuais do curso. Entretanto, não existem estudos periódicos.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4,10

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE.

5

Justificativa para conceito 5: O NDE do curso de Sistemas para Internet é composto 100% dos docentes do curso, todos os membros atuam em regime de Dedicação Exclusiva, todos os membros possuem titulação *stricto sensu* e tem o coordenador do curso como presidente do NDE. Por meio da reunião com o NDE e da análise das atas de reuniões do NDE foi possível concluir que o NDE atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PCC. Inclusive o PPC que foi análise por essa comissão é um PPC novo que foi elaborado pelo NDE e que deverá entrar em vigor a partir do primeiro semestre de 2025. Durante reunião com o NDE foi questionado sobre como é feita a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem, foi afirmado que o NDE está sempre de olho nos indicadores de desempenho dos discentes para verificar possibilidades de melhoria do sistema de avaliação. Sobre o perfil do egresso, conforme apresentado na seção 2.9 do PPC tem o seu perfil baseado no Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia, edição 2024, de acordo com o NDE, além disso o perfil do egresso leva em consideração a demanda por profissionais da área dentro da macrorregião de João Pessoa visando atender também as demandas locais. No último ato regulatório, o atual presidente do NDE atuava como membro do órgão.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Curso totalmente presencial.

2.3. Atuação do coordenador.

3

Justificativa para conceito 3: Durante reuniões com coordenador, docentes e discente e pela análise documental disponível no drive foi possível concluir que o coordenador do curso de Sistemas para Internet atende à demanda existente considerando a gestão do curso, relação com docentes e discentes. O coordenador do curso é presidente do NDE e do Colegiado do curso. A coordenação possui um plano de ação conforme apresentado no documento apensado no drive intitulado “Plano de Ação do Coordenador do Curso”, trata-se de um documento público que pode ser acesso por meio do link <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/39/>. Durante a visita virtual in loco foi questionado sobre a existência de indicadores de desempenho da coordenação, foi afirmado tanto pela CPA, quanto pelo coordenador do curso que o coordenador é avaliado pela CPA e recebe uma nota sobre o seu desempenho, no entanto nenhum indicador do desempenho da coordenação público foi evidenciado. Por meio de reunião com os docentes da instituição foi possível concluir que a coordenação administra de maneira favorável o potencial do corpo docente, além disso a instituição conta com programas permitindo o afastamento remunerados dos docentes para capacitação e atualização, além de incentivar a participação em eventos do interesse da área do curso.

2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso.

3

Justificativa para conceito 3: O coordenador do curso possui vínculo de dedicação exclusiva junto à IES, isso permite que o regime de trabalho do coordenador do curso permite que o coordenador do curso de Sistemas para Internet atende à demanda existente considerando a gestão do curso, relação com docentes e discentes. O coordenador do curso é presidente do NDE e do Colegiado do curso. A coordenação possui um plano de ação conforme apresentado no documento apensado no drive intitulado “Plano de Ação do Coordenador do Curso”, trata-se de um documento público que pode ser acesso por meio do link <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/39/>. Durante a visita virtual in loco foi questionado sobre a existência de indicadores de desempenho da coordenação, foi afirmado tanto pela CPA, quanto pelo coordenador do curso que o coordenador é avaliado pela CPA e recebe uma nota sobre o seu desempenho, no entanto nenhum indicador do desempenho da coordenação público foi evidenciado. Por meio de reunião com os docentes da instituição foi possível concluir que a coordenação administra de maneira favorável o potencial do corpo docente, além disso a instituição conta com programas permitindo o afastamento remunerados dos docentes para capacitação e atualização, além de incentivar a participação em eventos do interesse da área do curso.

2.5. Corpo docente.

5

Justificativa para conceito 5: A IES conta com um amplo corpo docente para o curso de Sistemas para Internet composto por 33 docentes. Durante a visita virtual in loco, na reunião com os docentes, foi afirmado que os docentes participam ativamente na análise e proposição dos conteúdos dos componentes curriculares. Parte do corpo docente atua também no Mestrado em Tecnologia da Informação, isso traz ao corpo docente a necessidade de estar sempre atualizado em relação a literatura da área, trazendo aos estudantes do curso de Sistemas para Internet a possibilidade de participar de programas de Iniciação Científica e ter acesso a conteúdos de pesquisa de ponta além de ter esse conhecimento relacionado aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso. Durante a visita virtual in loco e documentação disponível no drive foi evidenciado que por participarem de Iniciação Científica, os discentes são incentivados a publicar os resultados de suas pesquisas em eventos científicos.

2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso.

5

Justificativa para conceito 5: Dos 33 docentes que atualmente atuam no curso, apenas 1 não está no regime de dedicação exclusiva. O Regime de dedicação exclusiva permite o atendimento integral considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Foram pensados no drive o Mapa de Atividade docente, trata-se de um plano de trabalho individual de cada docente onde é feito o registro de suas atividades, o mapa de atividades é utilizado no planejamento e gestão da IES.

2.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior. NSA para cursos de licenciatura.

5

Justificativa para conceito 5: 22 docentes possuem experiência profissional no mundo do trabalho, durante as reuniões com o NDE, docentes e durante a visita virtual in loco, foi apresentado o parque tecnológico onde os professores mantêm parcerias com empresas da área de tecnologia, participando de maneira colaborativa na Pesquisa e Desenvolvimento, inclusive tendo um polo EMBRAPI instalado junto a instituição. Isso permite ao corpo docente apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.

4

Justificativa para conceito 4: Por meio de análise documental pensada no drive foi possível constatar que o corpo docente possui ampla experiência na educação básica, apenas dois docentes não têm experiência na educação básica, o restante tem pelo menos um ano e a maioria dos docentes tem mais de 10 anos de experiência. Essa experiência permite aos docentes promoverem ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Durante reunião com os discentes do curso de Sistemas para Internet, essas informações foram confirmadas pelos discentes. Nenhuma evidência de que o corpo docente é reconhecido pela sua produção foi apresentada.

2.9. Experiência no exercício da docência superior.

4

Justificativa para conceito 4: Por meio de análise documental pensada no drive foi possível constatar que o corpo docente possui ampla experiência no ensino superior, todos docentes possuem experiência superior a 4 anos e a maioria dos docentes tem mais de 10 anos de experiência. Essa experiência permite aos docentes promoverem ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Durante reunião com os discentes do curso de

Sistemas para Internet, essas informações foram confirmadas pelos discentes. Nenhuma evidência de que o corpo docente é reconhecido pela sua produção foi apresentada.

2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA:Curso totalmente presencial.

2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA:Curso totalmente presencial.

2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 4

Justificativa para conceito 4:A resolução n 141, de 02 de outubro de 2015, apensada no drive, dispõe sobre a regulamentação do Colegiado em nível institucional. De acordo com o artigo 9 da norma o colegiado deve se reunir ordinariamente pelo menos uma vez ao mês. No drive compartilhado, foram disponibilizadas atas de registro das reuniões do colegiado. Em reunião com o coordenador do curso foi esclarecido que as decisões são encaminhadas para as instâncias superiores para conhecimento e implementação das decisões. Toda demanda ao colegiado e registro de atas é feito pelo sistema de Gestão Acadêmico utilizado pela instituição. Nenhuma evidência de que seja realizada avaliação periódica sobre o desempenho do colegiado foi apresentada, ao questionar o coordenado do curso, foi informado que na CPA é feito um questionamento sobre o colegiado, mas não há indício que o resultado seja utilizado para ajuste de práticas de gestão.

2.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA:Nenhuma disciplina a distância é oferecida.

2.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Nenhuma disciplina a distância é oferecida.

2.15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Nenhuma disciplina a distância é oferecida.

2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 3

Justificativa para conceito 3:Por meio de análise documental apensada no drive e currículo lattes dos docentes 18 dos 33 docentes possuem mais de 4 produções nos últimos 3 anos. Conforme o instrumento apenas produções científicas, culturais, artísticas ou tecnológicas foram consideradas. As produções didático-pedagógicas não foram consideradas.

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA 4,00

3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral. 5

Justificativa para conceito 5:Durante a visita virtual in loco foram apresentadas as salas dos professores de tempo integral, são várias salas, cada uma dividida por 3 docentes, para cada docente existe uma mesa com computador, para cada sala também existe uma antessala para atendimentos com mesa de reunião. Cada docente possui armário próprio com tranca. As salas são climatizadas. Junto ao ambiente existe também salas onde os docentes podem ter reuniões privativas com discentes e orientandos.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 4

Justificativa para conceito 4:Durante a visita virtual in loco foi apresentado o espaço de trabalho para o coordenador. O espaço é uma sala compartilhada com o coordenador do curso de redes, conforme foi explicado pelo coordenador do curso, como os cursos atuam em turnos distintos, raramente é necessário fazer o uso ao mesmo tempo que o coordenador de redes está utilizando, assim é possível fazer o atendimento privativo. A sala é composta por duas mesas,

cada uma com 2 monitores, notebook, computador e 3 cadeiras, armário móvel com chave. Junto a sala de coordenação existe uma sala com mesa de reuniões. O ambiente é climatizado. Nenhuma infraestrutura tecnológica diferenciada que permite formas distintas de trabalho foi evidenciada.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. 4

Justificativa para conceito 4: Durante a visita virtual in loco foi apresentado um ambiente para professores que não possuem vínculo de tempo integral. O ambiente é composto por uma mesa grande com capacidade para 12 usuários simultâneos, o ambiente conta com conexão WIFI, quadro branco e 2 computadores. Possui sofá, café e água, possibilitando um ambiente de lazer e integração. O ambiente é climatizado. Junto a esse ambiente existe o CAEN que é uma coordenação de apoio ao ensino para apoio aos docentes. Não havia espaço para guarda de equipamentos e materiais.

3.4. Salas de aula. 4

Justificativa para conceito 4: Durante a visita virtual in loco foram apresentadas as salas de aula. O documento intitulado “MANUAL BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DOS CAMPI IFPB” apresenta o plano para avaliação periódica das salas de aula. O acesso é feito por biometria. A instituição conta com 25 salas de aula no bloco onde curso de Sistemas para Internet é oferecido, as salas possuem entre 35 e 50 lugares, lousa, são climatizadas, projetor multimídia e mesa com computador para o professor. As carteiras podem ser reorganizadas oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem. Nenhum recurso cuja utilização é comprovadamente existo foi evidenciado.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. 5

Justificativa para conceito 5: Durante visita virtual in loco foram apresentados os laboratórios de informática. A instituição conta com quatro laboratórios contendo 32 máquinas, 2 contendo 25 máquinas e dois contendo 15 máquinas, todos eles são equipados com ar-condicionado, projetor, quadro branco e computador para o professor. Os laboratórios atendem todas as necessidades do curso. Os discentes podem acessar os espaços por meio de solicitação junto à CAEN. O documento intitulado “MANUAL BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DOS CAMPI IFPB” apresenta o plano para avaliação periódica dos laboratórios.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC). 2

Justificativa para conceito 2: Durante visita virtual in loco foram apresentadas as instalações relativas à biblioteca. O acervo físico está tombado e informatizado por meio do sistema Koha. A instituição não conta com acervo virtual. A bibliografia básica é adequada conforme documento intitulado “Relatório de adequação de bibliografia” assinado pelo NDE. Durante a visita foram solicitados ao bibliotecário a busca por exemplares na biblioteca. A primeira busca solicitada foi do livro “Sistemas Distribuídos: Conceitos e Projetos” do autor George Coulouris, para esse livro nenhum exemplar estava disponível na biblioteca de João Pessoa, foi explicado que títulos podem ser emprestados em outras unidades, mas o livro em questão tinha apenas um exemplo que estava localizado na cidade de Cajazeiras que é distante de João Pessoa, inviabilizando que os discentes pudessem pegar emprestado. Outras consultas foram feitas sobre livros de programação, a biblioteca de João Pessoa tinha 2 exemplares de um dos títulos e ambos estavam emprestados. Outro título procurado tinha 5 exemplares disponíveis, e havia cópia disponível no momento da visita na biblioteca. Como o curso tem aproximadamente 270 discentes no curso de Sistemas para Internet e mais aproximadamente 200 no curso de Redes e por meio dessa amostragem solicitada pela comissão de avaliação foi verificado a não adequação do número de exemplares disponíveis na biblioteca e quantidade de exemplares por títulos. A instituição conta com acesso aos periódicos por meio de parceria com o Portal de periódicos da CAPES. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, conforme os documentos abaixo apensados no drive: - “RESOLUÇÃO Nº 48-CS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017” - “RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 03, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.” - “PLANO DE CONTINGÊNCIA DA BIBLIOTECA NILO PEÇANHA - CAMPUS JOÃO PESSOA”

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 2

Justificativa para conceito 2: Durante visita virtual in loco foram apresentadas as instalações relativas à biblioteca. O acervo físico está tombado e informatizado por meio do sistema Koha. A instituição não conta com acervo virtual. A bibliografia complementar é adequada conforme documento intitulado “Relatório de adequação de bibliografia” assinado pelo NDE. Durante a visita foram solicitados ao bibliotecário a busca por exemplares na biblioteca. A primeira busca solicitada foi do livro “Sistemas Distribuídos: Conceitos e Projetos” do autor George Coulouris, para esse livro nenhum exemplar estava disponível na biblioteca de João Pessoa, foi explicado que títulos podem ser emprestados em outras unidades, mas o livro em questão tinha apenas um exemplo que estava localizado na cidade de Cajazeiras que é distante de João Pessoa, inviabilizando que os discentes pudessem pegar emprestado. Outras consultas foram feitas sobre livros de programação, a biblioteca de João Pessoa tinha 2 exemplares de um dos títulos e ambos estavam emprestados. Outro título procurado tinha 5 exemplares disponíveis, e havia cópia disponível no momento da visita na biblioteca. Como o curso tem aproximadamente 270 discentes no curso de Sistemas para Internet e mais aproximadamente 200 no curso de Redes e por meio dessa amostragem solicitada pela comissão de avaliação foi verificado a não adequação do número de exemplares disponíveis na biblioteca e quantidade de exemplares por títulos. A instituição conta com acesso aos periódicos por meio de parceria com o Portal de periódicos da CAPES. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, conforme os documentos abaixo apensados no drive: - “RESOLUÇÃO Nº 48-CS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017” - “RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 03, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.” - “PLANO DE CONTINGÊNCIA DA BIBLIOTECA NILO PEÇANHA - CAMPUS JOÃO PESSOA”

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. 5

Justificativa para conceito 5: Durante visita virtual in loco foram apresentados os laboratórios de informática. A instituição conta com quatro laboratórios contendo 32 máquinas, 2 contendo 25 máquinas e dois contendo 15 máquinas, todos eles são equipados com ar-condicionado, projetor, quadro branco e computador para o professor. Os laboratórios atendem todas as necessidades do curso. Os laboratórios possuíam as normas afixadas na parede. O documento intitulado “MANUAL BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DOS CAMPI IFPB” apresenta o plano para avaliação periódica dos laboratórios. Os laboratórios são avaliados também dentro da avaliação periódica conduzida pela CPA, tendo seus resultados utilizados para planejar o incremento da qualidade.

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. 5

Justificativa para conceito 5: Durante visita virtual in loco foram apresentados os laboratórios de informática, que apesar de terem sido avaliados no item 3.8, os laboratórios de informática também são considerados laboratórios específicos para os cursos da área de computação. A instituição conta com quatro laboratórios contendo 32 máquinas, 2 contendo 25 máquinas e dois contendo 15 máquinas, todos eles são equipados com ar-condicionado, projetor, quadro branco e computador para o professor. Foi apresentado também um laboratório específico de rede de computadores, esse laboratório contém 2 televisores, projetor multimídia, 2 racks de rede com switch camada 2, switch camadas 3 e roteadores. O laboratório também possui access points para estudo e possui 32 computadores para os discentes utilizarem nas aulas. Os laboratórios atendem todas as necessidades do curso. Os laboratórios possuíam as normas afixadas na parede. O documento intitulado “MANUAL BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DOS CAMPI IFPB” apresenta o plano para avaliação periódica dos laboratórios. Os laboratórios são avaliados também dentro da avaliação periódica conduzida pela CPA, tendo seus resultados utilizados para planejar o incremento da qualidade.

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

3.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Apesar de existir o Comitê de Ética em Pesquisa e ele ser mencionado no PPC do curso de Sistemas para Internet, não existe nenhuma referência no PPC sobre a existência de pesquisa envolvendo seres humanos.

3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

Dimensão 4: Considerações finais.

4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Bruno Tardiole Kuehne
Henrique Coelho Fernandes (ponto focal)

4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Código da Avaliação: 214443
Código do Protocolo: 202316363

4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

Nome da IES: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB (1166)
Endereço: AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, 720, JAGUARIBE, João Pessoa-PB, CEP 58015-430.

4.4. Informar o ato autorizativo.

Renovação de Reconhecimento de Curso.

4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas atuais.

Nome do curso: Sistemas para Internet (71127)
Grau: Curso Superior de Tecnologia
Modalidade: Educação Presencial
Número de vagas atuais: 80

4.6. Explicitar os documentos usados como base para a avaliação (PDI e sua vigência; PPC; relatórios de autoavaliação - informar se integral ou parcial; demais relatórios da IES).

Atas do colegiado.
Relatório da atualização da bibliografia.
Atas do comitê de ensino, extensão pesquisa e conselho superior.
Portarias da coordenação.

Planos de ensino.
Atas do NDE.
Portarias de autorização, constituição e credenciamento da IES.
Pasta documentada dos docentes com lattes, comprovantes de titulação e publicação.
Plano de ação da coordenação.
Relatórios da biblioteca.
Plano de ação e regimentos da equipe multidisciplinar.
Plano de manutenção dos laboratórios.
Estatutos e Regimentos da IES.
Normas para uso dos laboratórios.
Plano diretor.
Convênios.
Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024).
Regulamentos e normas da IES.
Relatórios integrais da CPA.
PPC do Curso.
Projetos de Extensão.
Atas, regimentos e portarias da CPA.

4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

DIMENSÃO 1: A organização didático-pedagógica do curso de Sistemas para Internet do IFPB integra ensino, pesquisa e extensão conforme as diretrizes do PPC e PDI 2020-2024. A estrutura curricular, com 2.470 horas distribuídas ao longo de seis semestres, prioriza flexibilidade, interdisciplinaridade e acessibilidade. O curso abrange desde fundamentos de programação até sistemas avançados, como cloud computing e inteligência artificial, proporcionando uma formação completa e alinhada às demandas do mercado regional. Atividades práticas, metodologias ativas, e o uso do sistema SUAP-Edu, incentivam a autonomia dos alunos e garantem interação constante com os docentes. Laboratórios de informática e uma infraestrutura adequada suportam as aulas práticas, essenciais para o aprendizado na área tecnológica. O perfil do egresso visa preparar um tecnólogo apto a projetar e desenvolver soluções web, com habilidades voltadas à inovação e ao mercado de TI local, especialmente nos polos tecnológicos da Paraíba. A CPA e o NDE realizam avaliações periódicas, promovendo melhorias constantes no curso, alinhadas às necessidades do mercado e à formação crítica e reflexiva dos estudantes.

DIMENSÃO 2: O curso de Sistemas para Internet do IFPB conta com corpo docente amplo e competente, permitindo assim o atendimento às demandas institucionais. A instituição com NDE e colegiado atuantes, sendo seu presidente o coordenador do curso. Na avaliação do coordenador, pelo fato de não existir um indicador do desempenho da coordenação público, a sua avaliação foi prejudicada. Todos os docentes possuem pós-graduação stricto sensu e atuam na modalidade de dedicação exclusiva. Os docentes possuem ampla experiência no ensino básico e no ensino superior, além de se manter atualizado em relação ao mercado de trabalho por meio de parcerias com empresas.

DIMENSÃO 3: A instituição conta com excelente infraestrutura física. Dispõe de espaço de trabalho adequado para os docentes e coordenador trabalharem, salas de aula limpas, bem estruturadas e confortáveis. Laboratórios de ensino atualizados e bem conservados dispoendo de equipamentos modernos e atualizados. O único ponto de atenção na dimensão 3 ficou por conta da biblioteca, durante a avaliação virtual in loco foi solicitado pela comissão de avaliação alguns títulos de livros especificados na bibliografia pelo PPC do curso, alguns itens não existiam na biblioteca e os itens existentes haviam em poucas unidades, não atendendo adequadamente a demanda do curso.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

A Comissão de Avaliação composta pelos professores Henrique Coelho Fernandes (ponto focal) e Bruno Tardiole Kuehne, na qualidade de integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior BASIS, realizou a avaliação virtual in loco visando Renovação de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet no período de 02/10/2024 a 07/10/2024 no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB, situado no CAMPUS JOÃO PESSOA, AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO 720, CEP 58015-430, João Pessoa - PB, não

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

havendo divergência entre o endereço informado no cadastro do curso no e-MEC e aquele identificado em geolocalização durante visita virtual in loco. A comissão realizou leituras preliminares dos documentos postados pela IES no sistema e-MEC e preencheu a análise preliminar, objetivando ter uma visão antecipada da IES e do curso. Todas as demandas e dúvidas referentes à avaliação foram dirimidas nas reuniões. Todas as reuniões foram realizadas utilizando o ambiente virtual Microsoft Teams, utilizando a sala criada para tal fim. Durante a avaliação, os procedimentos de análise recomendados pelo INEP foram seguidos pela comissão, atendendo às normas e requisitos do instrumento de avaliação de cursos vinculados ao sistema e-MEC. A visita virtual in loco teve um fluxo normal de acontecimentos, e a agenda de visita proposta foi devidamente cumprida em sua integralidade. Ressaltamos que houve conformidade entre as informações postadas no e-MEC e as aferidas pela comissão. A IES disponibilizou suficiente documentação complementar durante o período da visita, documentação esta utilizada pela comissão para fundamentação de suas análises e preenchimento do instrumento de avaliação.

CONCEITO FINAL CONTÍNUO**4,14****CONCEITO FINAL FAIXA****4**